



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

22/02/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Proposta autoriza parcelamento de participação dos trabalhadores nos lucros da empresa

O Projeto de Lei 3551/21 revoga dois dispositivos da Lei 10.101/00 para permitir o parcelamento da participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas (PLR). O texto tramita na Câmara dos Deputados.

A lei regula a distribuição da PLR entre os trabalhadores. Os dois dispositivos revogados (parágrafos 2º e 4º do art. 3º) determinam que o pagamento da PLR deve ocorrer no máximo duas vezes por ano. No entanto, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) vem permitindo a distribuição em periodicidade maior, até mensal, desde que haja previsão em acordo coletivo.

O autor do projeto, deputado Carlos Bezerra (MDB-MT), afirma que o texto visa pacificar a jurisprudência sobre o assunto, já que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem entendimento diferente do TST, e exige a distribuição da PLR conforme a Lei 10.101/00.

“É fácil verificar que o entendimento do TST é o que se recomenda. Além de reconhecer a posição de relevo atribuída pela Constituição à negociação coletiva, contribui, inegavelmente, não apenas para a pacificação nas relações entre capital e trabalho, mas sobretudo na redução do tão falado custo Brasil”, disse Bezerra.

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 22 de fevereiro.

## Aposentados do INSS vão receber quase R\$ 800 milhões em atrasados

Os aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que processaram o órgão e ganharam a ação na Justiça, sem que haja mais nenhuma possibilidade de recurso, vão receber R\$ 792,2 milhões em RPVs (Requisições de Pequeno Valor) neste mês.

O dinheiro, que corresponde a ações de até 60 salários mínimos —R\$ 72.720 neste ano—, foi liberado nesta segunda-feira (21) pelo CJF (Conselho da Justiça Federal). Os valores são referentes a processos finalizados pelo Judiciário e com ordem de pagamento concedida pelo juiz em janeiro. Esse é o primeiro lote do ano que terá como base o valor do novo salário mínimo, de R\$ 1.212 em 2022.

Ao todo, serão beneficiados 56.674 segurados que ganharam 43.343 processos contra o INSS referentes a concessões ou revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, incluindo os assistenciais como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

O montante a ser pago neste mês em todo o país é ainda maior, pois envolve outras ações de pequeno valor, num total de R\$ 951,5 milhões, paga a 95.977 beneficiários vitoriosos em 78.044 processos.

A consulta para saber quanto irá receber é feita no site de cada tribunal responsável pelo processo. Em São Paulo, ela deve ser realizada no site do TRF-3. Na página inicial, vá em "Consulta processual", do lado direito da tela, em um quadro verde, abaixo. Depois, clique na seta ao lado de "Número do processo" e escolha a opção "Requisições de pagamento".

Em seguida, vá em "Consultas por OAB, Processo de origem, Ofício Requisatório de origem ou Número de protocolo" e informe seu CPF, OAB do advogado ou o número do processo e clique em "Não sou um robô". Em seguida, vá em "Pesquisar"; aparecerá então a sua RPV.

Para saber se vai receber neste mês, é preciso observar as datas. São pagas em fevereiro as RPVs cuja "Data protocolo TRF" seja algum dia do mês de janeiro de 2021. Após o pagamento, aparecerá "pago total ao juízo". O dinheiro cairá na conta aberta pelo tribunal no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

A fase de abertura de contas é chamada de processamento. Em geral, o tribunal leva cerca de uma semana para fazer o pagamento.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 22 de fevereiro.

## Conta de luz pode subir com briga entre governo e térmica da J&F

Distribuidoras de energia e grandes empresas estão se mobilizando para reunir milhões de reais e cumprir uma decisão judicial liminar de primeira instância que o governo não consegue reverter e pode pressionar ainda mais a conta de luz.

O rateio milionário vai bancar um pagamento para a gaúcha Usina Termoeletrica Uruguaiana (UTE Uruguaiana), da Âmbar, empresa de energia do grupo J&F, o mesmo que é dono da companhia de carnes JBS.

A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), responsável pela contabilidade do setor, já pagou os R\$ 19 milhões considerados justos pelo poder público. Mas a Âmbar conseguiu na Justiça o direito de receber cerca de R\$ 740 milhões, e o pagamento precisa ser depositado até 9 de março.

A maior parte dessa despesa vai ser coberta pelas distribuidoras e, quando chegar na conta de luz, vai elevar a tarifa em 0,5%, segundo estimativa da AGU (Advocacia Geral da União). Pela regra, distribuidoras arcam com 70% desse tipo de despesa e grandes consumidores industriais, com 30%.

A área jurídica do governo ainda corre contra o tempo para conseguir suspender a decisão ou conseguir autorização para fazer o depósito em juízo, considerando que, efetuado o pagamento, o dinheiro não vai voltar.

A ação judicial afirma que a Âmbar "envidou seus melhores esforços para viabilizar a geração de energia elétrica pela UTE Uruguaiana" e que o cancelamento da oferta nos meses de novembro e dezembro foi "inadequado, desnecessário e desproporcional".

O ONS diz que descredenciou a usina seguindo diretrizes da portaria 17/2021 do MME, que prevê o cancelamento de entregas futuras quando a geração é inferior a 50% da oferta, e que a térmica operou entre 3 e 31 de dezembro por força de liminar.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 22 de fevereiro.

## Mercado eleva estimativa para inflação este ano a 5,56%, mostra Focus

Especialistas deram sequência à série de altas na expectativa para a inflação este ano, indo bem acima do teto da meta, apesar de terem reduzido com força o cenário para a pressão de preços administrados, mostrou a pesquisa Focus realizada pelo Banco Central.

O levantamento divulgado nesta segunda-feira (21) aponta que a projeção da alta do IPCA este ano agora é de 5,56%, 0,06 ponto percentual a mais do que na semana anterior. Para 2023, a expectativa de inflação segue sendo de 3,5%.

O centro da meta oficial para a inflação em 2022 é de 3,5%, e, para 2023, é de 3,25%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A piora da projeção se deu mesmo com os especialistas consultados reduzindo a conta para a alta dos preços administrados em 2022 a 4,80%, de 4,99% antes. Por outro lado, para o ano que vem a projeção aumentou em 0,17 ponto, a 4,17%.

Para o PIB (Produto Interno Bruto), as estimativas de crescimento foram mantidas em 0,30% em 2022 e 1,50% em 2023. Também não sofreu alteração o cenário para a taxa básica de juros, com a Selic ainda calculada em 12,25% ao final deste ano e em 8,0% no próximo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 22 de fevereiro.

## Preços do café sobem mais de 50% e alteram consumo do brasileiro

Os preços do café moído dispararam no Brasil sob efeito do clima adverso. No acumulado de 12 meses até janeiro, a alta para o consumidor chegou a 56,87%, apontam dados do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), o indicador oficial de inflação calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Enquanto os preços não dão sinais de trégua, o consumidor tenta encontrar alternativas para manter o café.

O aumento do café também preocupa a indústria. Segundo a Abic, 82% do setor é formado por micro e pequenas empresas, que têm menos condições para lidar com o avanço dos custos produtivos.

"O capital de giro dessas indústrias é menor. Se antes compravam cem sacas, agora estão comprando menos com o aumento do café", afirma Celírio Inácio, diretor-executivo da Abic.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 22 de fevereiro.